

CONTRATO N° 097/2013 – AJUR/ FHB,
que entre si celebram a **FUNDAÇÃO**
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a
empresa **PMH – PRODUTOS MÉDICOS**
HOSPITALARES LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – quadra 03, conj. “A”, bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato por sua Diretora - Presidente, **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, residente e domiciliada nesta Capital, portadora do CPF/MF n.º 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade n.º 2.994.650 SSP – RJ, e de outro lado, a empresa, **PMH – PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.740.696/0001-92, e Inscrição estadual n.º 07.332.093/001-25, com endereço comercial Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho 17, Rua 08, Lote 170, SIA SUL – Guará/DF, CEP. 71.200-222, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **ADRIANA DA SILVA ALMEIDA XAVIER**, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF/MF n.º 381.301.571-87 e da Carteira de Identidade n.º 970.087 – SSP/DF, residente e domiciliada no SHIN QL. 03, Conjunto 02, Casa 14, Lago Norte – DF, CEP. 71.505-225, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 063.000.220/2012**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE INSUMOS**, na forma das condições e cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, este de nº 002/2013 – SULIC/SEPLAN (fls. 812/861), da Proposta (fls. 899/908), da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, c/c o Decreto Distrital nº 34.509/13.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para locação de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR AUTOMATIZADO MODELO ARCHITECT I 2000, MARCA ABBOTT e fornecimento de insumos, reagentes e reativos, softwares, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de pessoal (que compõem um conjunto integrado) para exames de sorologia em amostras de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília, da Central de Captação e Tecidos da SES/DF e do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e placentário – BSCUP da HB, conforme disposições em Edital fl. 884, Proposta fl. 889 e consoante Nota de Empenho nº 2013NE00780, fl. 991, bem como a aquisição dos insumos vinculados ao conjunto integrado, **LOTE I** – item 01: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a determinação qualitativa de anticorpos contra o Treponema pallidum em soro e plasma humano. Com antígenos recombinantes TpN15, TpN17 e TpN47, em fase sólida; item 02 – Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a determinação de classe IgG contra o Trpanossoma cruzi em soro e plasma humano. Com 4 antígenos recombinantes (TcF, FP3, FP6 e FP10) em fase sólida; item 03 – Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a detecção simultânea de antígeno p24 do HIV e anticorpos contra o vírus da imunodeficiência humana do tipo 1 (HIV- e HIV-1 subtipo O) e tipo 2 (HIV-2) em soro e plasma humano. Com Ag recombinante HIV-1 (gp41) e Ag recombinante HIV-1 subtipo O (gp41), Ag recombinante HIV-2 (gp36) e anticorpos monoclonais anti-p24 do HIV para capturar os antígenos em fase sólida. Conjugado: antígenos recombinantes e peptídeos sintéticos do HIV-1 Grupo O e HIV-2 e anticorpos monoclonais anti-p24 marcados. Sensibilidade analítica de até 18 pg/ml de Ag p24 - 79.200 testes. Para **LOTE 02** – item 01: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a detecção qualitativa de anticorpo para o antígeno de superfície da Hepatite B (Anti-HBs) em soro e plasma humano, 3.600 testes; item 02: Imunoensaio

automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a detecção de anticorpo para o antígeno core da Hepatite B (Anti-HBs) em soro e plasma humano – 600 testes; item 03: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes (CMIA) para a detecção qualitativa e quantitativo para o vírus da Hepatite B (HBsAg) em soro e plasma humano. Contemplar detecção de vírus mutante – 800 testes; item 04: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a detecção de anticorpo para o vírus da Hepatite C (Anti-HCV) em soro e plasma humano – 600 testes; item 05: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes para a detecção de anticorpos contra o HTLV I e II em soro e plasma humano – 600 testes; item 06: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes (CMIA) em duas etapas para a determinação quantitativa de anticorpos de classe IgG contra o Toxoplasma gondii em soro e plasma humano – 1.200 testes; item 07: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes (CMIA) em duas etapas para a determinação qualitativa de anticorpos de classe IgG contra o Toxoplasma gondii em soro e plasma humano – 600 testes; item 08: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes (CMIA) em duas etapas para a determinação qualitativa e semiquantitativa de anticorpos de classe IgG contra o Citomegalovírus em soro e plasma humano – 1200 testes; item 09: Imunoensaio automatizado de micropartícula quimioluminescentes (CMIA) em duas etapas para a determinação qualitativa de anticorpos de classe IgM contra o Citomegalovírus em soro e plasma humano – 600 testes, conforme disposições em Edital, fls. 846/848 e especificações contidas na Nota de Empenho (nº 2013NE00779, emitida em 14/10/2013, à fls. 989/990).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de R\$ 1.915.520,00 (um milhão, novecentos e quinze mil e quinhentos e vinte reais) procedentes do Orçamento do Distrito Federal, sendo o valor de R\$ R\$ 252.000,00 para a locação de equipamento e o valor de R\$ 1.663.520,00 referente aos insumos previstos nos **lotes 01 e 02**, a correr as despesas por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Equipamento:

Unidade Orçamentária: 23202;

I. Programa de trabalho: 10.303.6202.2812.0001;

II. Elemento de Despesa: 33.90.39;

III. Fonte de Recurso: 138.

Lote 01 e 02:

Unidade Orçamentária: 23202;

I. Programa de trabalho: 10.303.6202.2812.0001;

II. Elemento de Despesa: 33.90.30;

III. Fonte de Recurso: 138.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto deste Termo processar-se-á de forma parcelada, devendo CONTRATADA efetuar a entrega dos materiais constantes nos **lotes 01 e 02, conforme tabela abaixo:**

- Lote 01: Em 12 parcelas, consoante fls. 846/847 e 984/985, sendo que a primeira entrega será em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota de empenho e as demais parcelas, em até 30 (trinta) dias após a entrega da parcela imediatamente anterior;

PARCELAS	REAGENTE		
	SIFILIS	CHAGAS	HIV I/II
1ª (novembro)	6.500	6.500	6.600
2ª (dezembro)	6.500	6.500	6.600
3ª (janeiro)	6.500	6.500	6.600
4ª (fevereiro)	6.500	6.500	6.600
5ª (março)	6.500	6.500	6.600
6ª (abril)	6.500	6.500	6.600
7ª (maio)	6.500	6.500	6.600
8ª (junho)	6.500	6.500	6.600
9ª (julho)	6.500	6.500	6.600
10ª (agosto)	6.500	6.500	6.600
11ª (setembro)	6.500	6.500	6.600
12ª (outubro)	6.500	6.500	6.600
TOTAL	78.000	78.000	79.200

- Lote 02: Em 06 parcelas, consoante fls. 847 e 984/985, sendo que a primeira entrega será em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota de empenho, e as demais, 60 dias após a entrega da parcela imediatamente anterior.

PARCELAS	REAGENTE								
	Anti-HBs	HBs	HBsAg	HC V	HTLV I/II	IgG Toxo	IgM toxo	IgG Cito	IgM Cito
1ª (novembro)	600	100	200	100	100	200	100	200	100
2ª (janeiro)	600	100	100	100	100	200	100	200	100
3ª (março)	600	100	100	100	100	200	100	200	100
4ª (maio)	600	100	200	100	100	200	100	200	100
5ª (julho)	600	100	100	100	100	200	100	200	100
6ª (setembro)	600	100	100	100	100	200	100	200	100
TOTAL	3.600	600	800	600	600	1.200	600	1.200	600

Os materiais dos **lotes 01 e 02** deverão apresentar prazo de validade de no mínimo 3 (três) meses a partir da data de entrega.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica admitida a sua prorrogação, de acordo com as hipóteses previstas no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente, consoante fl. 829.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme previsão constante do Edital, fl. 829, na forma de:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

7.2 A garantia será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme §2º. Art. 56 da Lei nº8.666/93.

7.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827, do Código Civil de 2002.

7.4 Toda e qualquer quantia prestada pela licitante detentora da Ata:

- a. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b. poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

- c. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;
- d. será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

7.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a Contratada;
- 8.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto do Contrato;
- 8.3 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer intercorrências e/ou irregularidades observadas na execução do objeto do Contrato;
- 8.4 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações deste Termo;
- 8.6 Cumprir com as obrigações previstas no Edital de Licitação, mesmo que não transcritas para o presente Contrato.

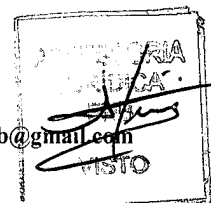
CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada**:

- 9.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, à FHB:



- 9.2 Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 9.3 Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e:
- 9.4 Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à **FHB**, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após a comunicação da FHB, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;
- 9.5 Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à FHB, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- 9.6 Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;
- 9.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens, e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- 9.8 Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 9.9 Entregar os produtos observando o seguinte:
- 9.10 O acondicionamento e transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto, devendo ser utilizadas preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;
- 9.11 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);
- 9.12 As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 9.13 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;
- 9.14 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;



- 9.15 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 9.17 A contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência à FHB, de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública;
- 9.18 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir todas as condições constantes em Edital e seus anexos, que são partes integrantes do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na Ata de Registro de Preços, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

III.1 – para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 Da Advertência

10.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.3 Da Multa

10.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

10.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.



10.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 11.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

10.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

10.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.4 Da Suspensão

10.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

10.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas da FHB, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

10.5 Da Declaração de Inidoneidade

10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 11.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 Das Demais Penalidades

10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 11.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 11.4.3 e 11.4.4.

10.6.2 As sanções previstas nos subitens 11.4 e 11.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7 Do Direito de Defesa

10.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

10.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

10.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

10.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 11.2 e 11.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8 Do Assentamento em Registros

10.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

10.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

10.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas nesta Ata de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.10 Disposições Complementares

10.10.1 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

10.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO – a alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, **dispensa a celebração de aditamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Ata de Registro de Preços, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às conseqüências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

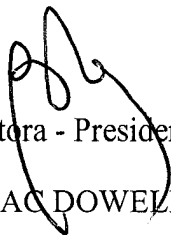
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 04 de novembro de 2013.



Diretora - Presidente

BEATRIZ MACDOWELL SOARES
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA



ADRIANA DA SILVA ALMEIDA XAVIER

PMH – PRODUTOS MÉDICOS
HOSPITALARES LTDA
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Testemunhas:

1ª – Nome: _____
CPF: _____

2ª – Nome: _____
CPF: _____

HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 12.810.613/0001-73, para os itens 01 e 02, com os respectivos valores unitários de R\$ 39,95 e R\$ 39,74; perfazendo o valor total global da licitação de R\$ 626.944,50.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2013.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: PMH – PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 00.740.696/0001-92. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR AUTOMATIZADO MODELO ARCHITECT I 2000, MARCA ABBOTT e fornecimento de insumos, reagentes e reativos, softwares, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de pessoal (que compõem um conjunto integrado) para exames de sorologia em amostras de sangue da FHB, da Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF e do Banco de Sangue do Cordão Umbilical da FHB, bem como a aquisição dos insumos vinculados ao conjunto integrado – Lotes 1 e 2. Processo nº 063.000.220/2012. Notas de Empenho: UG – 170202, Gestão – 17202, Números – 2013NE00779 e 2013NE00780, Valores das NE's: R\$ 277.820,00 (duzentos e setenta e sete mil e oitocentos e vinte reais) e R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) respectivamente. Licitação: Pregão Eletrônico nº 002/2013-SULIC/SEPLAN. Vigência: O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia, com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 1.915.520,00 (um milhão, novecentos e quinze mil e quinhentos e vinte reais), sendo R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) para a locação de equipamento e o valor de R\$ 1.663.520,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos e vinte reais) referente aos insumos. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2812.0001. Natureza da Despesa: 33.90.39 e 33.90.30. Fonte de recursos: 138. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Adriana da Silva Almeida Xavier.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 98/2013.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: PMH – PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 00.740.696/0001-92. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR AUTOMATIZADO MODELO ARCHITECT I 4000, MARCA ABBOTT e fornecimento de insumos, reagentes e reativos, softwares, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de pessoal (que compõem um conjunto integrado) para exames de sorologia em amostras de sangue da FHB, da Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF e do Banco de Sangue do Cordão Umbilical da FHB, bem como a aquisição dos insumos vinculados ao conjunto integrado – Lote Único. Processo nº 063.000.175/2012. Notas de Empenho: UG – 170202, Gestão – 17202, Números – 2013NE00775 e 2013NE00778, Valores das NE's: R\$ 1.285.050,00 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil e cinquenta reais) e R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais) respectivamente. Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2013-SULIC/SEPLAN. Vigência: O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia, com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 8.454.300,00 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais), sendo R\$ 744.000,00 (setecentos e quarenta e quatro mil reais) para a locação de equipamento e o valor de R\$ 7.710.300,00 (sete milhões, setecentos e dez mil e trezentos reais) referente aos insumos. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2812.0001. Natureza da Despesa: 33.90.39 e 33.90.30. Fonte de recursos: 138. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Adriana da Silva Almeida Xavier.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DISTRITO FEDERAL Nº 034/2012-SSP, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002, INSTITUÍDO PELO DECRETO/DF Nº 23.287/2002.

Processo: 050.000.447/2013. Partes: O Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA e a FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL – FUNAP/DF. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato, pelo período de 01/11/2013 a 31/10/2014, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; conforme memorandos nºs 159/2013-GECA/SESIPE, 462/2013 – GAB/DIREXE/FUNAP-DF e conforme autorização do Subsecretário de Administração Geral, todos anexos aos autos. Da Vigência: O presente Termo Aditivo terá sua vigência no período de 01/11/2013 a 31/10/2014. Data da assinatura: 11 de outubro de 2013. Signatários: pelo DF, SANDRO TORRES AVELAR, Secretário de Estado de Segurança Pública; pela Contratada, ADALBERTO MOTEIRO, Representantes Legais.

EXTRATO DO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS PELO DISTRITO FEDERAL Nº 61/2013 – SSP, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 07/2002, INSTITUÍDO PELO DECRETO/DF Nº 23.287/2002.

Processo: 050.000.841/2012. Partes: O Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA e a empresa EBT – EMPRESA BRASILEIRA DE TREINAMENTO E SIMULAÇÃO LTDA - ME. Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) sistema de simulação de condução de veículo terrestre de emergência, semelhante as viaturas das Instituições de Segurança Pública do Distrito Federal, integrado por cabine, estação do instrutor, hardwares, softwares, acessórios e com simulações de condições de emprego em terreno variado. Cód. SIASG 46191, demais especificações conforme condições estabelecidas no Termo de Referência constante no Anexo I do Edital (fls. 117 a 123) e na Proposta da Empresa (fls. 144 a 147). Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 442.400,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais) conforme Notas de Empenhos nºs 2013NE01362 e 2013NE01363, emitidas em 07 de novembro de 2013, sob o evento 400091, na modalidade Ordinário, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Corrente - Lei Orçamentária Anual 5.011, de 28 de dezembro de 2012. Dotação Orçamentária: A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 24101; Programa de Trabalho: 06181621715690001; Natureza da Despesa: 44.90.52; Fonte de Recurso: 332 e 300. Vigência: O Contrato terá vigência por 120 (cento e vinte) dias, pelo período de 07/11/2013 a 07/03/2014, admitida a prorrogação nas hipóteses previstas no artigo 57, da Lei nº 8.666/93; Data da assinatura: 07 de novembro de 2013. Signatários: pelo DF: SANDRO TORRES AVELAR, Secretário de Estado de Segurança Pública; pela Contratada: ADOLFO JACHINSKI NETO, Representante Legal.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2013.

Processo: 050.000.720/2013. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Aquisição de 24 (vinte e quatro) veículos de passeio tipo hatch para a SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, conforme especificações e quantidades contidas no Termo de Referência e em seu anexo. Tendo em vista o acatamento de pedido de esclarecimento e impugnação, a SSPDF informa a NOVA DATA DE ABERTURA para o Pregão em epígrafe: 29/11/2013 às 9h, no endereço www.comprasnet.gov.br UASG 450107. VALOR: R\$ 996.672,00. DOTAÇÃO: UO 24.101 – PROG. TRAB. 66.181.6217.1569.0001 – FR: 132 – ND 4490.52. PRAZOS: Entrega: 90 dias. Vigência: 120 dias. Edital retificado está disponível no endereço citado e no <http://licitacoes.ssp.df.gov.br>

Brasília/DF, 12 de novembro de 2013.

ÁLVARO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS
Ordenador de Despesas

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2009 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: 053.001.266/2009. Partes: CBMDF X GOIÁS MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA. CNPJ nº 01.601.285/0001-89. Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 31/10/2013 a 30/10/2014 com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 173901. Programa de Trabalho: 28845090300320053. Natureza da Despesa: 33.90.30 E 33.90.39. Fonte de Recurso: 100 (FCDF). Prazo de vigência: de 31/10/2013 a 30/10/2014, permitida a prorrogação na forma da lei vigente. Signatários: Pela Contratante: Ten.Cel. QOBM/Comb. Alexandre Costa Oliveira, na qualidade de Diretor de Contratações e aquisições do CBMDF e pela Contratada: Donizete de Miranda Alves, na qualidade de Sócio Diretor.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 79/2012 AQUISIÇÃO DE BENS

Processo: 053.002.319/2012. Contrato nº. 79/2012, CBMDF X OCEANO TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Rescindir Unilateralmente, com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 79/2012 a partir de 24 de outubro de 2013. Signatário: Ten.Cel. QOBM/Comb. Alexandre Costa Oliveira – Diretor de Contratações e Aquisições.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo: 055.004.371/2013. Objeto: Contratação de Empresa individual ou em consórcio, de serviços técnicos de engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnico-profissionais relativos à elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e de Engenharia para as obras previstas no Anexo B e outras constantes do orçamento de 2013 a serem iniciadas no mesmo exercício. Serão compostos de memorial descritivo, cadernos de especificações e de detalhes, memória de cálculo, planilha orçamentária e orçamento detalhado, visando a atender as necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal no tocante à construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações ocupadas pelo Detran-DF ou para implantação de novas unidades de atendimento da autarquia e demais

vidades do Hemocentro, Técnica em Enfermagem; LUANDA LIRA RODRIGUES, matrícula 353232-1, Analista de Atividades do Hemocentro, Enfermeira; FERNANDA PIRES, matrícula 353055-8, Técnico de Atividades do Hemocentro, Técnica em Enfermagem; JUSCIMAR DIVINA PEREIRA DE AGUIAR, matrícula 1402051-3, Analista de Atividades do Hemocentro, Enfermeira; ELYSE CARVALHO B. DOS SANTOS, matrícula 1401905-1, Analista de Atividades do Hemocentro, Médica; LAUCIENE MARIA MONTALVÃO, matrícula 1401944-2, Analista de Atividades do Hemocentro, Assistente Social; JAQUELINE ELIAS CARDOSO, matrícula 1401853-5, Analista de Atividades do Hemocentro, Enfermeira; ERICH WILHELM HARTMANN, matrícula 1402070-X, Analista, Biomédico.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34.539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar DELVÂNIA DE SOUZA LIMA, matrícula 100.494-8, como executora e RENATA MARIA ALENCAR, matrícula nº 1.401.864-0, como executora substituta do Contrato nº 097/2013-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.220/2012.

Art. 2º Designar DELVÂNIA DE SOUZA LIMA, matrícula 100.494-8, como executora e RENATA MARIA ALENCAR, matrícula nº 1.401.864-0, como executora substituta do Contrato nº 098/2013-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.175/2012.

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 234, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art.35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE: CONCEDER ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO, nos termos da Lei nº 4.426/2009 de 27/11/2009 e do Decreto nº 31.452 de 22/03/2010, à servidora abaixo relacionada, observando-se a seguinte ordem: matrícula, nome, data de requerimento - agrupados por especialidade, percentual e número do processo. 1. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - 1.1. TÉCNICO DE ATIVIDADES DO HEMOCENTRO: 1401923-X, ALINE GABRIELA DE OLIVEIRA FREITAS, 31/10/2013, 4%, 063.000.582/2010. Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Instrução retroagem à data do requerimento de cada servidor

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 112, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, incisos I e V, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008; e, em conformidade com os termos do inciso II, artigo 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, combinado com o artigo 67 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar ELIEZER SANTOS, matrícula: 15.541-1 como Executor e DENILSON DA LUZ E SILVA, matrícula nº 11.165-1, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 58/2013-SSP – Processo 050.000.371/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa AMORIM E ALVES COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, que tem por objeto a aquisição de 03 (três) veículos tipo minivans (utilitário), zero km, com data de fabricação no mínimo da data de assinatura do contrato ou da nota de empenho, motor com no mínimo 1367 cilindradas, potência mínima de 85 CV (ABNT), combustível gasolina ou flex, marca Chevrolet, modelo spin 1.8 LTZ 07 lugares, nacional, ano/modelo 2013/2014, banco e encosto traseiro rebatível. Cód. SIASG 150046.

Art. 2º Designar ELIEZER SANTOS, matrícula: 15.541-1 como Executor e DENILSON DA LUZ E SILVA, matrícula nº 11.165-1, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 59/2013-SSP – Processo 050.000.383/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa CANAÃ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, que tem por objeto a aquisição de 06 (seis) motocompressores profissionais, os quais serão usados nos núcleos do Programa Picasso não Pichava, marca: Motomil, Modelo: CMI-7,6/24, monofásico, potência de 2,0 CV, Voltagem 220V.

Art. 3º Designar CARLOS EDUARDO GELIO CARONE, matrícula: 1.656.190-2 como Executor e JOSÉ CARLOS DA CRUZ ROCHA, matrícula nº 122.303-8 GDF, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 57/2013-SSP – Processo 050.000.699/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa CLIP &

CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento diário de clipping impresso e clipping eletrônico – radiofônico televisivo e internet – com notícias locais e de outros estados sobre todos os eventos relacionados à segurança pública e criminalidade em geral.

Art. 4º Designar o servidor JOSÉ ROBERTO BUSSOLARO, matrícula: 59.008-8 como Executor, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 60/2013-SSP – Processo 050.000.199/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa FILGUEIRA & FILGUEIRA LTDA – ME, que tem por objeto a aquisição de 4 000 (quatro mil) Colchões de Solteiro D-28.

Art. 5º Designar CARLOS ROBERTO PEREIRA, matrícula: 30.071-3 como Executor e EDSON CORREIA DE PAIVA FILHO, matrícula nº 1.433.305-8, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 55/2013-SSP – Processo 050.000.262/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa COMBRASEN – COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para executar obra de construção dos Blocos A e B do PFDF, desta SSP, situado na Granja Luiz Fernando, Quadra 01, AE nº 02, Setor de Chácara Leste, Gama/DF.

Art. 6º Designar CARLOS ROBERTO PEREIRA, matrícula: 30.071-3 como Executor e EDSON CORREIA DE PAIVA FILHO, matrícula nº 1.433.305-8, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 56/2013-SSP – Processo 050.000.263/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa COMBRASEN – COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para executar obra de construção dos Blocos A e B do Centro de Detenção Provisória - CDP, desta SSP, situado na Fazenda Papuda, DF 465, Km 4, São Sebastião/DF.

Art. 7º Dispensar os servidores DELFIM LOPES HOTT, matrícula: 58.624-2 como Executor e ROBERTO LUIZ VINUALES DE MORAES, matrícula nº 57.895-9, como Suplente, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 33/2013-SSP – Processo 050.000.820/2010, firmado entre a SSP/DF e a empresa SMITHS DETECTION BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de manutenção corretiva/preventiva em aparelhos e equipamentos de proteção e segurança, com substituição de peças, para a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, órgão subordinado a esta SSPDF.

Art. 8º Designar WILTON BORGES DE SOUZA, matrícula: 58.316-2 como Executor e JONAS PIRES DE CARVALHO, matrícula nº 42.144-8, como Coexecutor/CDP; ÁUREO DE JESUS GONÇALVES JÚNIOR, matrícula nº 63.518-9 como Coexecutor/CIR; VALTER JOSÉ FAE JÚNIOR, matrícula: 57.555-0 como Coexecutor/CP; JOSÉ MÁRIO MONTEIRO F. DA ROCHA, matrícula: 59.172-6 como Coexecutor/PDF1; JOÃO HENRIQUE RIBEIRO DE ALMEIDA, matrícula: 160.691-3 como Coexecutor/PDF2; LINDALVA LINHARES DE OLIVEIRA, matrícula: 180.609-2 como Coexecutor/PDF, para o acompanhamento e fiscalização da aquisição relativa ao Contrato nº. 33/2013-SSP – Processo 050.000.820/2013, firmado entre a SSP/DF e a empresa SMITHS DETECTION BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de manutenção corretiva/preventiva em aparelhos e equipamentos de proteção e segurança, com substituição de peças, para a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, órgão subordinado a esta SSPDF.

Art. 9º Aos Executores e Suplentes designados nos artigos supra, caberá o cumprimento das atribuições expressas na Portaria nº 24-SSP, publicada no DODF de 24 de maio de 2002, bem como ao estabelecido no Decreto nº 32.598, publicado no DODF de 16 de dezembro de 2010 e, em especial, ao que dispõe o art. 66, c/c o §1º, art. 67, da Lei nº 8.666/93.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO TORRES AVELAR

SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 485, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

Referência: Sindicância nº 032/2013. Sindicado: DANIEL MILANIO DE JESUS, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula 176.394-6. Ato Punitivo: O Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no cumprimento de suas funções legais e regulamentares, e tendo em vista o apurado na Sindicância nº 032/2013-SESIPE, RESOLVE: APLICAR a DANIEL MILANIO DE JESUS, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula 176.394-6, lotado na Penitenciária II do Distrito Federal – PDF II, a sanção disciplinar de ADVERTÊNCIA, já que restou demonstrada a conduta transgressora da disciplina, prevista no artigo 190, inc. I da Lei Complementar nº 840/2011 (“descumprir dever funcional ou decisões administrativas emanadas dos órgãos competentes”) c.c. art. 180 inc. XII do mesmo diploma legal (“são deveres funcionais... XII “ser assíduo e pontual ao serviço”) em razão de ter faltado ao serviço no dia 13/02/2013, em descumprimento à Ordem de Serviço nº 102/2013, sem apresentar justificativa legal.

CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES